

CRIMES AMBIENTAIS EM PORTO VELHO: análise das queimadas e do desmatamento sob a perspectiva da criminologia

Isabella Ferrer Zanfolin Góis¹

Ruane Souza Stelzenberger²

RESUMO

Este estudo investiga os crimes ambientais em Porto Velho, Rondônia, com foco no desmatamento e nas queimadas, que são as infrações mais graves na região. A pesquisa, fundamentada nos quatro pilares da criminologia – crime, criminoso, vítima e controle social –, revela que esses crimes têm aumentado de forma alarmante, impulsionados principalmente pela exploração madeireira ilegal e pela expansão agropecuária. Porto Velho responde por 42% da exploração madeireira em Rondônia, com desmatamentos ilegais que ameaçam a biodiversidade e causam impactos sociais e ambientais irreversíveis. As queimadas, muitas vezes usadas como método econômico de limpeza de terras, têm origem agrícola em 98% dos casos, prejudicando a saúde pública e o meio ambiente. A deficiência na fiscalização e a falta de punições eficazes agravam a situação, com apenas 3% das multas ambientais sendo pagas. Este trabalho sugere que para mitigar esses crimes é crucial reforçar a fiscalização, implementar sanções mais severas e promover o engajamento da população. O estudo contribui para a compreensão dos fatores que estimulam a criminalidade ambiental e propõe a urgência de ações coordenadas para proteger o meio ambiente e a saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: Queimadas, desmatamento, Porto Velho, meio ambiente, crimes ambientais.

1 Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Possui ensino-medio-segundo-graupela EEEFM Prof. João Bento da Costa(2020). Atualmente é Estagiária do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. E-mail: ruannestelzen@hotmail.com.

2 Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.isabellaferre29@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo examina os crimes ambientais predominantes em Porto Velho, Rondônia, focando-se no desmatamento e nas queimadas, que representam as principais infrações na região. A pesquisa é conduzida a partir de uma perspectiva criminológica, analisando os quatro pilares da criminologia: crime, criminoso, vítima e controle social. Crimes ambientais englobam ações que causam danos ao meio ambiente e seus componentes (flora, fauna, recursos naturais, patrimônio cultural), ultrapassando os limites legais estabelecidos. A crescente ocorrência desses crimes no Brasil evidencia a necessidade de implementar medidas eficazes de proteção ambiental.

Porto Velho destaca-se como uma das regiões com maior número de áreas embargadas por infrações ambientais, registrando 1.020 embargos, em sua maioria relacionados ao desmatamento, que compromete a biodiversidade e causa impactos irreversíveis nas comunidades locais. Além do desmatamento, as queimadas representam uma ameaça significativa, com a capital liderando o número de ocorrências em capitais brasileiras. Entre 1º e 15 de setembro de 2021, a cidade registrou 418 queimadas, que, além de destruírem a flora e a fauna, comprometem a qualidade de vida da população local. A deficiência na fiscalização e a falta de dados oficiais dificultam a prevenção e o combate eficaz a esses crimes.

Diante deste cenário, o artigo propõe diagnosticar o aumento dos crimes ambientais em Porto Velho, buscando fornecer subsídios para a criação de mecanismos de controle social mais eficientes.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida através de uma análise documental e bibliográfica, utilizando fontes como relatórios de órgãos ambientais, artigos científicos e dados estatísticos sobre desmatamento e queimadas na região amazônica. Além disso, foram consultadas legislações ambientais vigentes, especialmente a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998). A análise criminológica foi fundamentada nos quatro pilares da criminologia, aplicando esses conceitos à realidade de Porto Velho. O método foi qualitativo, focado na interpretação e contextualização dos dados obtidos, com o objetivo de compreender as dinâmicas envolvidas na prática desses crimes ambientais e os desafios na sua prevenção e controle.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O crime ambiental, segundo a legislação brasileira, é definido como qualquer ação ou omissão que cause danos ao meio ambiente, superando os limites legais estabelecidos. No caso de Porto Velho, os crimes de desmatamento e queimadas são particularmente preocupantes devido à sua frequência e impacto significativo na região. O desmatamento, especialmente na Amazônia, é impulsionado por atividades como a exploração madeireira ilegal, que muitas vezes ocorre sem o devido controle e fiscalização.

Porto Velho se destaca na região amazônica por seu alto índice de desmatamento. Entre agosto de 2019 e julho de 2020, a cidade foi responsável por 42% da exploração madeireira no estado de Rondônia. Essa exploração, muitas vezes ilegal, contribui para a degradação do bioma amazônico e gera impactos econômicos, ambientais e sociais. A falta de fiscalização adequada permite que a prática ilícita continue, beneficiando economicamente os infratores e causando prejuízos incalculáveis ao meio ambiente. As queimadas, utilizadas principalmente para limpar áreas agrícolas de maneira rápida e barata, também representam uma ameaça significativa. Em Porto Velho, 98% das queimadas são de origem agrícola, muitas delas controladas por grandes latifúndios voltados à pecuária. A prática de queimadas ilegais

resulta em sérios problemas de saúde para a população local e contribui para a poluição do ar, a degradação do solo e a destruição de habitats naturais. A vasta extensão territorial do município torna a fiscalização um desafio, e a ausência de punições rigorosas favorece a perpetuação dessas práticas.

De acordo com a Lei de Crimes Ambientais, a autoria não se limita ao executor do ato ilícito, mas inclui todos aqueles que, de alguma forma, contribuem para a prática do crime. Em Porto Velho, os principais responsáveis pelas queimadas e desmatamentos são grandes produtores rurais e empresas do setor madeireiro que, muitas vezes, se aproveitam das falhas na fiscalização e na aplicação da lei para expandir suas atividades de forma ilegal. As principais vítimas dos crimes ambientais são a população local e o meio ambiente. As populações mais vulneráveis, como as comunidades ribeirinhas e indígenas, sofrem as consequências mais graves, incluindo a perda de recursos naturais, a poluição do ar e a contaminação da água.

Por outro lado, o controle social dos crimes ambientais em Porto Velho enfrenta grandes desafios, principalmente devido à insuficiência de fiscalização e à falta de punições eficazes. A pesquisa indica que apenas 3% das multas ambientais aplicadas na região são efetivamente quitadas, o que reforça a sensação de impunidade e incentiva a continuidade das práticas ilegais. É essencial que haja uma reformulação das políticas de controle social, com foco em aumentar a eficiência da fiscalização e em promover a conscientização e o engajamento da população na proteção ambiental.

CONCLUSÃO

Os objetivos propostos neste estudo foram alcançados, evidenciando a gravidade dos crimes ambientais em Porto Velho e a necessidade de medidas mais rigorosas de controle social. As análises mostram que, para reduzir as queimadas e o desmatamento, é essencial não apenas fortalecer a fiscalização, mas também envolver a comunidade e implementar punições mais severas aos infratores. A pesquisa contribui para uma melhor compreensão dos fatores que levam à criminalidade ambiental e aponta para a urgência de ações coordenadas entre o Estado e a sociedade para proteger o meio ambiente e garantir a saúde pública.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA REAL (Manaus). Porto Velho concentra 40% dos focos de queimadas em Rondônia. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/porto-velho-concentra-40-dos-focos-de-queimadas-em-rondonia/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

BBC NEWS. Amazônia: agricultores causam maioria das queimadas, e não índios e caboclos, diz cientista Carlos Nobre. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54259838>. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

G1 Globo. Rede Amazônica. Queimadas formam densa cortina de fumaça sobre Porto Velho. G1 Rondônia, 2019. Disponível em: (<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/08/12/queimadas-formam-densacortina-de-fumaca-sobre-porto-velho.ghtml>). Acesso em: 09 ago. 2024.

IMAZON. Porto Velho concentra 42% da exploração madeireira de Rondônia. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/porto-velho-concentra-42-da-exploracao-madeireira-de-rondonia/#>. Acesso em: 09 ago. 2024.